

Possibilidades e limites para a participação social no G20 Brasil

Gilberto Cunha França¹

Alina Ribeiro²

Carolina Albuquerque Silva³

Resumo: Uma das inovações da presidência brasileira do G20, iniciada em dezembro de 2023, é a criação do G20 Social, espaço voltado para a participação da sociedade civil. Neste artigo, busca-se sistematizar o processo de criação e funcionamento do G20 Social, bem como mapear limites e possibilidades para a participação social nessa instância de articulação internacional. Desenvolveu-se a hipótese que, conforme o G20 foi ampliando sua agenda em direção a temas não exclusivamente financeiros, a sociedade civil passou a observar o grupo como um espaço no qual suas demandas deveriam estar presentes. O enfoque teórico utilizado é o da geopolítica crítica, que busca superar o estadocentrismo da geopolítica tradicional e incorporar os atores não estatais à análise da política internacional.

Palavras-chave: G20; participação social; geopolítica crítica.

Possibilities and limitations for social participation at G20 Brazil

Abstract: One of the innovations of the Brazilian presidency of G20, which began in December 2023, is the creation of G20 Social, a space focused on the participation of civil society. This study intends to systematize the process of creation and functioning of G20 Social and map limits and possibilities for social participation in this instance of international articulation. We hypothesize that, as G20 expanded its agenda toward topics beyond exclusively financial ones, civil society began to observe the group as a space in which its demands should be represented. The used theoretical approach employs critical geopolitics, which seeks to overcome the statecentrism of traditional geopolitics and incorporate non-state actors into the analysis of international politics.

Keywords: G20; social participation; critical geopolitics.

Posibilidades y límites para la participación social en el G20 Brasil

Resumen: Una de las innovaciones de la presidencia brasileña del G20, iniciada en diciembre de 2023, es la creación del G20 Social, espacio destinado a la participación de la sociedad civil. En este artículo, buscamos sistematizar el proceso de creación y funcionamiento del G20 Social, así como mapear los límites y posibilidades para la participación social en esta instancia de articulación internacional. Nuestra hipótesis es que, a medida que el G20 ha ido ampliando su agenda hacia temas no exclusivamente financieros, la sociedad civil ha comenzado a ver el grupo como un espacio en el que sus demandas deberían estar presentes. El enfoque teórico utilizado es el de la geopolítica crítica, que busca superar el estadocentrismo de la geopolítica tradicional e incorporar a los actores no estatales al análisis de la política internacional.

Palabras-clave: G20; participación social; geopolítica crítica.

¹Professor do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidade e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Reflexão “G20 no Brasil” do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: franca@ufscar.br

²Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (NEL-UnB) e do Núcleo de Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC-CEBRAP). Membro do Grupo de Reflexão “G20 no Brasil” do Instituto de Relações Internacionais da UnB. E-mail: alinasilvaribeiro@gmail.com

³Doutora pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Programa Cidadania, Participação Social e Políticas Públicas da Flacso Brasil. Membro do Grupo de Reflexão “G20 no Brasil” do Instituto de Relações Internacionais da UnB. E-mail: carolina.albuquerque@gmail.com

Introdução

O Brasil assumiu a presidência do G20 Financeiro em primeiro de dezembro de 2023, e seu mandato terminará na cúpula que será realizada em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. O G20 é o principal fórum da governança econômica global, reunindo 19 países além da União Africana e da União Europeia, o que representa cerca de 85% da economia e 75% da população mundial. Para seu mandato, o governo Lula definiu três prioridades: (i) combate à fome, pobreza e desigualdade; (ii) desenvolvimento sustentável; e (iii) reforma da governança global. Uma novidade da presidência brasileira foi a criação do G20 Social, que o governo brasileiro pretende deixar como sua marca. O G20 social agregou os 13 Grupos de Engajamento⁴ (GE) já existentes, por meio dos quais as organizações da sociedade civil (OSCs), com especial participação brasileira, discutiram e sugeriram propostas para os Grupos de Trabalho (GT) e as Forças-Tarefas⁵, no primeiro semestre da presidência brasileira.

O espaço aberto para participação social no G20, no âmbito do G20 Social e particularmente do C20⁶, tem obtido o reconhecimento das entidades sociais representativas de ONGs, sindicatos e movimentos sociais. Não obstante, a criação do G20 Social não garante por si só reais condições de incidência da sociedade civil; é preciso compreender se o potencial da participação social no G20 vai além da recomendação.

Para incidir nos debates e influenciar as decisões da liderança brasileira e dos membros do G20, ou até mesmo para contestar suas decisões até a cúpula final, os caminhos tomados por essas organizações serão cada vez mais decisivos, pois o mandato brasileiro acontece em um contexto mundial que abarca sucessivas crises (econômica, social, ambiental, de saúde, governança e de segurança) e que vem assumindo determinadas características que se assemelham a um período de caos global (BRINGEL, 2022; HARDT; MEZZADRA, 2024).

O G20 foi criado em um contexto de crise econômica em 1999 e reestruturado no contexto da crise financeira de 2008, para se configurar como o

⁴Os GE são compostos por participantes não-governamentais dos países do G20, que desenvolvem recomendações aos líderes do grupo e contribuem de diversas formas ao processo de policy-making (participação e proposição de eventos, elaboração de *policy briefs* etc.).

⁵Os GT temáticos e as Forças-Tarefas que compõem a trilha financeira e a trilha Sherpa podem ser encontrados em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas>.

⁶*Civil20*, um dos grupos de engajamento do G20, representado pela sociedade civil organizada.

principal fórum de cooperação econômica internacional (GRUPO, 2023). Dadas as novas necessidades impostas pelo cenário internacional, tornou-se fundamental que o grupo incluísse também as maiores economias do Sul Global, particularmente a China e os países do BRICS, reconhecendo a “crescente relevância dos países emergentes na economia política global”⁷ (RAMOS et al., 2012, p. 11). A esse cenário, somaram-se o crescente questionamento das instituições de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial –, a paralisação das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as inconsistências e assimetrias de poder que caracterizam o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

O lugar ocupado pelo G20 na governança mundial, principalmente com a incorporação de países do Sul Global, pretende ir além da esfera econômica e financeira. Questões políticas, ambientais, sociais e geopolíticas vêm ganhando espaço nos últimos mandatos e reuniões de cúpulas, ainda que a maioria dos líderes dos países do Norte Global, especialmente os do G7, reiterem consistentemente sua posição de que o fórum deva continuar constituindo-se como um espaço de coordenação dos assuntos financeiros (G20 ÍNDIA, 2023).

O enfoque deste artigo recai sobre as influências externas da criação e desenvolvimento do G20, advindas, em parte, da sociedade civil. Nesse sentido, o G20, sua criação e reestruturação são também resultado de protestos externos e de pressões por sua abertura à participação das organizações da sociedade civil (CHODOR, 2020; ORTIZ et al., 2022; TOURANGBAM, 2014).

Com a incorporação das organizações da sociedade civil (OSC), o acesso à agenda e a oportunidade de discutir interna e externamente as prioridades de cada mandato, diferentes segmentos da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais têm sido atraídos pela possibilidade de participar dos debates em torno do G20. Porém, ainda que o C20 tenha formalizado a participação das OSCs no G20, ele “também é estruturado de diversas maneiras para conter contestações” (CHODOR, 2020, p. 909). Considerando as restrições estruturais do G20, o que se pode esperar da participação social sob mandato brasileiro? Para discutir essa questão,

⁷“Nesse sentido, a crise asiática de 1997-1998 explicita algo que já emergia desde meados dos anos 1990, com a crise do México: as questões relacionadas ao sistema financeiro global não poderiam ser resolvidas exclusivamente pelo G-7, sendo fundamental incorporar os países “em desenvolvimento” ou “emergentes” em tais processos” (RAMOS et al., 2012, p. 11).

apresentamos uma análise da governança internacional sob o enfoque da geopolítica crítica, que “oferece uma versão que supera o estadocentrismo, incorporando os atores não-estatais” (CORONADO PRECIADO; LÓPEZ RAMÍREZ, 2020, p. 456, tradução nossa).

O texto foi organizado em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda seção apresenta os pressupostos teóricos da geopolítica crítica, com foco na exploração dos nexos entre a atuação dos movimentos e organizações sociais transnacionais e os espaços interestatais de governança global. A terceira seção busca situar o histórico de protestos contra as posições oficiais do G20 protagonizados pela sociedade civil e as modificações causadas pela pressão exercida na estrutura e funcionamento desse fórum internacional. Na quarta seção, por fim, são analisadas a construção do C20, a atuação e as perspectivas da sociedade civil, em especial a brasileira, em relação à participação social durante a presidência brasileira do G20.

Geopolítica crítica e movimentos sociais: a prática espacial de resistência da sociedade civil

A abordagem da geopolítica crítica e suas implicações para a inserção internacional de países do Sul Global, especialmente da América Latina, tem sido objeto de trabalho de autores como Jaime Preciado e Heriberto Cairo nas últimas duas décadas. O argumento da geopolítica crítica consiste no fato de que as representações espaciais tradicionais sobre as regiões periféricas possuem raízes profundas nas referências e interesses euro-estadunidenses e fortalecem a posição subordinada e dependente dessas regiões em relação ao sistema-mundo. Essas representações se vinculam a práticas espaciais dominantes, entre as quais podemos enumerar a construção de fronteiras estratégicas e de identidades supostamente homogêneas e monoculturais, a imposição de modelos de desenvolvimento e democracia específicos e uma elaboração cartográfica que privilegia a representação espacial da visão de mundo eurocêntrica (CAIRO, 2008; CORONADO PRECIADO, 2008, 2018).

Essas práticas dominantes sustentam posições de poder que reforçam a representação espacial⁸ da América Latina, África e Ásia como regiões subordinadas aos interesses das potências hegemônicas ocidentais. No entanto, elas não se referem apenas ao passado, e continuam, atualmente, a legitimar a naturalização de situações de dominação a que essas regiões são submetidas.

Do ponto de vista da governança internacional, a geopolítica crítica busca, a partir do reconhecimento do imaginário socioespacial do lugar e da localidade, aportar categorias de análise que possam contribuir para o entendimento dos processos sócio-históricos que se desenrolam na escala global, abrindo caminho a outras perspectivas disciplinares que complementam a explicação geopolítica do papel das localidades e seus porta-vozes (os movimentos e organizações sociais e populares) no cenário mundial (CORONADO PRECIADO; UC, 2010).

A proposta teórica da geopolítica crítica emergiu nos anos 1990, a partir dos aportes iniciais elaborados por John Agnew, Simon Dalby e Géaroid Ó Tuathail, como uma resposta aos postulados da geopolítica clássica, levando em consideração os aspectos que influíram tanto em sua elaboração teórica quanto nas práticas governamentais por ela influenciadas (AGNEW, 2003; Ó TUATHAIL; DALBY, 1998). A geopolítica crítica tratou de incluir na análise geopolítica as práticas e representações espaciais dos movimentos sociais e culturais, organizações populares e, ainda, de intelectuais dissidentes, também denominadas de *antigeopolítica*, conforme a definição original de Routledge (2003).

A antigeopolítica se volta ao estudo dos discursos e práticas espaciais de resistência engendradas pela sociedade civil em oposição às forças coercitivas governamentais, às instituições globais e aos grandes grupos econômicos privados que elaboram e implementam as práticas geopolíticas dominantes que geram diferentes formas de exploração. Essa geopolítica da resistência evoca as lutas contra-hegemônicas dos movimentos sociais que desafiam tanto a materialidade econômica e militar do poder geopolítico dos Estados quanto as representações geopolíticas que lastreiam suas práticas de dominação (ROUTLEDGE, 2003).

Esse é o terreno em que se situa a literatura sobre o novo transnacionalismo, que, interrelacionando contribuições das relações internacionais e da sociologia,

⁸ As representações espaciais se referem aos códigos, signos e entendimentos que condicionam as formas efetivas de uso e exploração do espaço e seus elementos constitutivos. Já as práticas espaciais consistem nas formas por meio das quais se dá o exercício concreto da produção econômica e da reprodução social nas diferentes escalas espaciais (local, nacional, regional, global).

busca entender a ação coletiva transnacional da sociedade civil em sua relação simultânea com os espaços locais, nacionais, regionais e internacionais (CAIRO; BRINGEL; RÍOS, 2019, p. 95, tradução nossa):

A construção de uma enorme diversidade de campanhas, redes transnacionais e organizações de carácter inter-regional ou mesmo global, permitiu nas últimas décadas gerar espaços próprios e autônomos de articulação política, formação de quadros, divulgação de práticas políticas alternativas, diálogos de conhecimento e mais demandas, forças unificadoras que buscam transcender o especificamente local para desafiar regional e globalmente a sociedade, os governos e as organizações internacionais.

Essas organizações, redes e mobilizações da sociedade civil, que protagonizaram um novo ciclo de protestos globais, receberam denominações como movimentos antiglobalização neoliberal ou novos movimentos sociais. Suas reivindicações estão frequentemente conectadas às questões da soberania, democracia, abordagem territorial e debate identitário.

Os movimentos antiglobalização neoliberais constituíram redes de apoio transnacionais que buscam incidir em processos que incorporam a dimensão internacional a sua atuação, questionando, dessa forma, o entendimento de que as relações internacionais são um assunto que diz respeito apenas aos governos nacionais. Ao envolver-se no debate sobre as relações internacionais e a governança global, a sociedade civil transnacional questionava sua ausência em acordos interestatais em que são tomadas decisões que podem ter impactos em seus territórios, especialmente os acordos internacionais que regem os investimentos externos em atividades de mineração, extração e agronegócio.

Sob essa perspectiva, a intenção de incidir sobre acordos que possam impactar negativamente a democracia e os direitos humanos, sociais, culturais, políticos e econômicos da maioria da população mundial é um dos motivos pelos quais os movimentos sociais expandem sua atuação além de seus territórios e buscam incidir em articulações estatais internacionais, como é o caso do G20.

Protestos sociais e contestação do G20

Desde a criação do G20, observa-se uma articulação complexa entre a sociedade civil e o grupo. Nesse sentido, é simbólico que o G20 financeiro tenha surgido em um período de onda de protestos contra as instituições internacionais, que têm na Batalha de Seattle, em 1999, um marco do movimento antiglobalização,

alterglobalização e altermundialismo, culminando no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre (SAYURI, 2019).

Sob essa perspectiva, os movimentos sociais de antiglobalização neoliberal sempre mantiveram uma relação diferenciada e não isenta de conflitos em relação a sua participação em organismos, campanhas e iniciativas multilaterais intergovernamentais, sendo possível identificar pelo menos duas diferentes estratégias de envolvimento dos movimentos e organizações sociais e suas redes transnacionais nos processos de governança internacional (SILVA, 2024).

A primeira estratégia é composta por ações regionais organizadas autonomamente pela sociedade civil, a partir de suas bases auto-organizadas que se opõem ao poder imposto de maneira vertical pelos governos nacionais na arena internacional. São os casos da Cúpula dos Povos e do Fórum Social Mundial (FSM). A segunda estratégia relaciona-se a uma perspectiva que procura conciliar as agendas de organizações e movimentos com as dos governos no que diz respeito aos espaços de governança internacional. Essa estratégia conforma relações por vezes conflituosas, pois alguns dos movimentos sociais, sem serem exatamente detratores desses esquemas institucionais, cobram de seus governos uma maior radicalidade desses processos, rumo à superação do modelo neoliberal. Nessa perspectiva, os movimentos sociais decidem não abandonar a arena internacional às classes dominantes tradicionais sem, contudo, subestimar o caráter conflitivo inerente a qualquer formação social.

Exceto no caso dos movimentos sindicais, esse tipo de atuação da sociedade civil ainda é pouco explorado pela literatura, que tem se concentrado em casos associados aos confrontos entre setores excluídos e as esferas institucionais, restando menos atenção às experiências participativas que incluem os Estados e as instituições internacionais. Na política externa – um dos setores de políticas públicas mais fechados à participação social –, são ainda mais limitados os estudos analíticos sobre a participação social. Na prática dos movimentos sociais, contudo, vê-se que as organizações da sociedade civil transnacional têm muitas vezes usado táticas de confronto e, simultaneamente, participado de canais de diálogo criados por governos nacionais e instituições regionais e internacionais.

A participação em canais institucionais é considerada uma estratégia adicional ao repertório de confrontos, gerando espaços que podem contribuir para a incidência em políticas públicas e para a sustentação da ação transnacional para

além das campanhas e dos protestos episódicos (SILVA, 2023). Esse parece ser o caso da decisão dos movimentos sociais e das OSCs em participar do G20 por meio do C20.

Do ponto de vista das práticas de protesto, num contexto no qual Estados e corporações conseguiram impor seu poder na arena internacional, as cúpulas do G20 passaram a ser um dos principais focos de contestação e de acúmulo de forças contra a globalização financeira neoliberal e suas consequências sociais, trabalhistas e ambientais. Como lembram Hardt e Negri (2019, p. 92), “cada evento iluminava outro nó da emergente rede da estrutura de poder global: a OMC, Banco Mundial, FMI, G8, acordos comerciais e assim por diante”. Nesse sentido, o ciclo de movimentos de alterglobalização “foi um imenso projeto pedagógico para aqueles que participaram deles – e para qualquer pessoa disposta a aprender” (HARDT; NEGRI, 2019, p. 92).

Esse ciclo de mobilizações gerou um questionamento sistemático das instituições econômicas internacionais, dominadas por um grupo restrito de potências e corporações financeiras do Norte Global, o que contribuiu para a abertura de espaço para que um grupo de países emergentes pudessem participar de fóruns de governança econômica global, antes restritos a poucos países do Norte global, como era o caso do G20.

Nos primeiros anos da crise financeira global, ocorreram protestos importantes com manifestações e ocupações de rua durante as Cúpulas do G20 em Londres (2009) e em Toronto (2010) – que testemunhou amplas manifestações, violência e mais de 1.000 prisões –, seguidos por protestos menores, mas simbólicos, na Cúpula da Coreia do Sul também em 2010 (ORTIZ et al., 2022). Nos anos seguintes, com exceção de um pequeno protesto na Cúpula do México em 2012, o G20 não se deparou com manifestações de rua, ao menos até 2017, momento em que houve o maior protesto da história do G20, durante a Cúpula da Alemanha. Após esse episódio, houve também uma grande manifestação social na Cúpula da Argentina em 2018.

Pelas características estruturais do G20, como fórum que busca firmar compromissos sem caráter vinculante ou obrigatório, seus acordos dependem do cumprimento dos países, com pouca prestação de contas e falta de *accountability*. Nesse contexto, “os manifestantes reclamam da falta de transparência e abertura, da divulgação limitada de processos e documentos de políticas, todos preparados a

portas fechadas, para serem implementados posteriormente por países com pouca voz quando os impactos são prejudiciais para seus cidadãos” (ORTIZ et al., 2022, p. 49). Isso gerou, em meio às manifestações anti-G20, a pressão pela participação das OSC.

Participação social no G20: os Grupos de Engajamento e o C20

Os primeiros atores não estatais a serem incorporados aos debates do G20 foram os grupos e instituições econômicas, com a criação do Business 20 (B20) em 2010, no Canadá. Sob protestos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, em 2012, entrou em atividade o Labor 20 (L20) no México e, em 2013, na Rússia, o C20, sigla em inglês para *Civil Society 20*.

Entre os GEs, o C20 é um dos grupos mais dinâmicos e participativos, em que a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento social e os direitos humanos adquiriram certo consenso. Na base do C20 estão os GT – atualmente existem 10 desses grupos, que constituem os espaços nos quais acontece a participação mais direta das OSC (GRUPO, 2023).

O primeiro encontro do C20 ocorreu em junho de 2013 em Moscou e, no final daquele ano, foram apresentadas recomendações à cúpula dos líderes. A partir daí, como os demais GEs do G20, o C20 se estruturou com um coordenador – Sherpa, conforme nomenclatura adotada pelo G20 – representante de alguma OSC do país anfitrião, responsável por encaminhar as propostas da sociedade civil debatidas nos grupos de trabalho. Dessa forma, procura acompanhar e influenciar a agenda do G20 ao longo do ano, tendo como foco a apresentação de propostas reunidas em comunicado a ser incorporado na declaração final da reunião de cúpula do G20.

Todavia, a incorporação formal das OSC ao G20 foi “estruturada de várias maneiras para restringir a contestação” (CHODOR, 2020, p. 909), pois o C20 não participa da elaboração final e da tomada de qualquer decisão do G20, decisões estas que são restritas aos Sherpas indicados pelos governos dos participantes. Os mecanismos de restrição e limitação ao C20 e às OSC vão além, e estão colocados no caminho de maneira menos explícita.

Isso ocorre em função de três fatores: (i) o Sherpa e os demais integrantes da equipe de direção do C20 são escolhidos diretamente pela presidência do G20; (ii) a distribuição de recursos às OSC pode beneficiar algumas mais alinhadas em detrimento de outras mais questionadoras; e (iii) pois o C20 deve responder às

prioridades do G20, encontrando dificuldade para trazer novas questões e prioridades que venham de baixo para cima.

Dado o déficit democrático que marca as instituições internacionais, sobretudo aquelas relacionadas à governança das finanças e demais assuntos econômicos (SCHOLTE, 2013), a institucionalização dos GEs, particularmente do C20, proporcionou ao G20 certa legitimidade perante a sociedade civil. Sua incidência, contudo, nunca chegou a transcender a capacidade do *lobby* privado, que seguiu majoritariamente nas mãos das grandes corporações e do capital financeiro transnacional (FRANCA; RIBEIRO; SILVA, 2024).

No entanto, como o país anfitrião tem a prerrogativa de definir em grande medida o modo de participação das OSC, pode haver maior ou menor constrangimento em consonância com as prioridades da presidência de turno. Segundo Adhemar Mineiro, que participou em diferentes cúpulas do C20, “a cara que a cúpula tem em cada país depende de cada país, porque ao país é dado autonomia para organizar, inclusive a relação com a sociedade civil” (BRICS, 2024).

No contexto da presidência brasileira, destaca-se a criação do G20 Social como forma de “ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20” (G20, 2024). Formalmente, o G20 Social resulta da junção dos 13 GEs já existentes, sob essa nova denominação. Com o G20 Social, os GEs, majoritariamente de organizações não governamentais, ganharam maior unidade, mas ainda não é certo se essa marca do mandato brasileiro terá continuidade nos mandatos seguintes (GARCIA; FERNÁNDEZ, 2024). Além disso, essa inovação do G20 Social está sendo vista por algumas das organizações da sociedade civil com certo ceticismo (RAMOS; GARCIA, 2024, p. 190), “uma vez que haveria pouca nitidez sobre o que é pretendido”.

Embora essas inovações sejam fundamentais no sentido de institucionalizar a participação social no G20, levantam-se dúvidas sobre os limites dessa participação e da possibilidade de essa inclusão se dar de maneira retórica, e não prática. Para Henrique Frota, um dos integrantes da Cúpula dos Povos,

A função da Cúpula dos Povos é questionar a existência do G20, do G7, dessa estrutura financeira que quer controlar o mundo. Não tem limitações e surge justamente na perspectiva da denúncia, da contestação – o que é legítimo e faz parte da democracia. [...] Na minha opinião, aquilo que o C20 não pode fazer (por conta deste papel diplomático), a Cúpula [dos Povos] faz. É saudável a existência dos dois espaços. Não é ambiguidade nem

contradição. Ambos os espaços têm a oferecer, com suas possibilidades e limitações. (GARCIA; FERNÁNDEZ, 2024, p. 31).

É interessante notar que a citação traz a perspectiva de atuação extra-institucional como forma legítima do *fazer* democrático. De maneira mais ampla, a estruturação e a constância da Cúpula dos Povos é uma das formas pelas quais a sociedade civil pode fazer pressão por uma maior abertura do G20 à participação social, demonstrando a insatisfação de parte da sociedade civil com as estruturas fechadas do grupo.

Os movimentos sociais e as OSC brasileiros têm uma história reconhecida de internacionalismo e participação em fóruns internacionais, e são exemplos disso seu protagonismo na realização do primeiro FSM em 2001, em Porto Alegre, como contraponto ao Fórum Econômico de Davos na Suíça, e as Cúpulas dos Povos, cuja primeira edição ocorreu em Mar del Plata (Argentina), em 2005, em contraposição à IV Cúpula das Américas. Tanto o FSM quanto as Cúpulas dos Povos são eventos potentes que registram a participação protagonista da sociedade civil brasileira na cena internacional do século 21, sendo ambos símbolos do ciclo de lutas altermundialistas (GARCIA; FERNÁNDEZ, 2024).

É com essa história que um número considerável de organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, sindicais e coletivos populares brasileiros integram a estrutura do G20 por meio dos GE. O C20 foi um dos GEs com o maior número de inscrições – dados fornecidos pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) informam um total de 2.016 inscrições vindas de 91 países (C20 NO BRASIL, 2023).

O alto número de inscrições no C20 é indicativo de duas considerações. Em primeiro lugar, há demandas nacionais e internacionais por maior participação no G20. Em segundo lugar, contrariando parcialmente a fala supracitada de Henrique Frota, essas pessoas e organizações enxergam na institucionalidade do G20 espaços receptivos (ainda que limitadamente) à participação e os entendem como ambientes nos quais suas demandas podem ser acolhidas ou, ao menos, levadas em consideração.

O diretor da Abong e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Athayde Motta, recebeu a indicação da presidência do C20 em agosto de 2023, ainda durante a presidência indiana do G20. Quem ocupa a posição de Sherpa do C20 é Alessandra Nilo, coordenadora geral da ONG Gestos-

Soropositividade, Comunicação e Gênero, associada à Abong. Motta e Nilo passaram a presidir o C20 assim que o Brasil assumiu a presidência do G20 em dezembro de 2023, e uma de suas principais funções é a de “coordenar o processo político, construindo diálogos entre o C20 e os países do G20 pautados nas recomendações construídas pelos Grupos de Trabalho (GTs) do C20” (C20 NO BRASIL, 2023). Nas palavras de Motta, “a Abong trabalhará junto com a Gestos para que a presidência do C20 Brasil continue mostrando que a sociedade civil global, Brasil incluído, tem propostas e está preparada para dialogar com os líderes mundiais na construção de sociedades mais justas e inclusivas e de democracias fortes onde se defendem os direitos humanos” (C20 NO BRASIL, 2023).

Ao longo do primeiro semestre de 2024, ocorreram reuniões e eventos importantes entre as OSC e lideranças do G20. Em evento organizado pela presidência brasileira em São Paulo, contando com a participação de cerca de cem OSCs, a trilha financeira se apresentou e anunciou sua intenção de garantir um maior engajamento da sociedade civil. Em 25 de abril, o I Encontro Ampliado G20 Social, um encontro com os GEs e movimentos sociais, contou com a participação do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Márcio Macedo.

Não obstante, como já sinalizado, essa participação intensa das OSC no C20 no primeiro semestre de 2024 não impediu a sensação coletiva de desconfiança, à medida em que foram se tornando confusas as fronteiras entre a estrutura tradicional do G20 e a organização autônoma de uma parte das OSC, dos movimentos e coletivos sociais. Em *Para entender o G20* (GARCIA; FERNÁNDEZ, 2024), caderno produzido pelo BRICS Policy Center, encontramos diferentes opiniões sobre o G20, que apontam tanto para a importância da criação do G20 Social ou novas funcionalidades adquiridas pelo grupo, quanto críticas em relação a um processo confuso de construção do G20 no Brasil, refletindo os desafios impostos à participação social, que pode permanecer limitada às sugestões, sem incidir diretamente nas decisões.

Em maio de 2024, no Seminário Nacional de Organização da Cúpula dos Povos perante o G20, realizado no Rio de Janeiro, cerca de 60 entidades lançaram a construção de uma Cúpula dos Povos perante a Cúpula do G20 e paralela à Cúpula Social, que será organizada oficialmente pelo governo brasileiro. Cássia Bechara, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-

Terra (MST), ressaltou a importância de se construir uma Cúpula dos Povos em diálogo com a população:

A Cúpula [dos Povos] tem que ser um processo de fortalecer a mobilização popular e um diálogo junto ao povo, um processo que fure a bolha para debater num fórum ativo e organizativo do nosso povo [...] precisamos chegar nas comunidades e nas periferias. (DEISTER, 2024).

Quanto às iniciativas setoriais e territoriais organizadas pela sociedade civil, destaca-se o evento realizado no mês de maio pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento Popular de Favelas (MPF), que se reuniram para debater sobre o tema da reparação histórica, tendo como título “A Favela Quer Reparação”. Também no Rio de Janeiro, em abril, ocorreu a 1ª Conferência Internacional de Favelas (CIF20), na sede da Central Única das Favelas (CUFA) no Complexo da Penha, na Zona Norte da capital fluminense. A CIF 20 foi realizada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a chancela do G20 Social (LOPES, 2024).

Tanto a CIF20, como evento oficial do C20 e do G20, quanto os eventos autônomos realizados no Rio de Janeiro no campo da Cúpula dos Povo, sinalizam o intento de construir um processo realmente de baixo para cima, desde as comunidades e seus territórios. Na segunda etapa, que vai oficialmente até a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro em novembro, a mobilização social vai se tornar cada vez mais importante para que os sujeitos subalternos e os países do Sul Global questionem a própria governança econômica do G20 em um mundo mais desigual com desastres ambientais, que atingem desigualmente mulheres, afrodescendentes, indígenas e pessoas LGBTQIAPN+.

Considerações finais

Os anos 2000 no Brasil foram caracterizados pela criação de diferentes instituições participativas, visando inserir a sociedade civil no debate político e aproximar a relação entre governo e governados. Dessa forma, consideramos coerente o fato de o governo brasileiro adotar um discurso de investimento na inclusão da sociedade civil no processo decisório do G20.

Um dos principais questionamentos relativos à criação de espaços participativos no G20 é que esses espaços permitem às OSCs e aos movimentos sociais uma participação no sentido de recomendar políticas e caminhos a serem

seguidos, mas não os inserem nas posições de tomada de decisão. Assim, a participação social se dá no nível do debate, mas não no nível das deliberações.

Ao longo do texto, viu-se que o G20 se ampliou ao longo do tempo, adotando agendas e temas que vão além da esfera econômica. Observamos, também, uma ampliação da participação social, e, nesse quesito, a presidência brasileira representa um grande avanço, bem como uma possibilidade de fixar na estrutura institucional do G20 mecanismos que promovam maiores espaços de participação, que proporcionem uma incidência mais direta nas deliberações dos líderes.

Concluimos que a criação de novos espaços de participação não necessariamente ampliará a incidência da sociedade nas decisões tomadas pelo grupo. Essa inflexão poderá ser melhor analisada ao longo do ano, sobretudo em ocasião da Cúpula dos Líderes, momento no qual as decisões resultantes de um ano de intenso trabalho serão apresentadas ao mundo. Dado o contexto geopolítico atual, no qual os olhos do mundo estão voltados para o Brasil e para a Cúpula Final do G20, os movimentos sociais e as OSCs poderão desempenhar um papel fundamental na defesa pela igualdade e na busca pela paz. Cabe ao governo brasileiro potencializar os espaços já existentes de participação social e garantir sua real incidência.

Referências

AGNEW, John. **Geopolitics: re-visioning world politics**. 2. ed. Londres: Routledge, 2003.

“C20 NO BRASIL”. **Abong**, 14 set. 2023.

BRICS POLICY CENTER. **O G20 e a sociedade civil**. S. l.: BRICS Policy Center, 2024. 1 vídeo (113 min). Publicado pelo BRICS Policy Center.

BRINGEL, Breno. Global chaos and the new geopolitics of power and resistances. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Coords.). **Social movements and politics during COVID-19: crisis, solidarity and change in a global pandemic**. Bristol: Bristol University Press, 2022. p. 271-279.

CAIRO, Heriberto. “A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia”. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 221-237, ago. 2008.

CAIRO, Heriberto; BRINGEL, Breno; RÍOS, Jerónimo. “Geopolítica externa del regionalismo latinoamericano: nuevas configuraciones en el orden mundial contemporáneo”. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v. 11, n. 19, p. 77-99, 2019.

CHODOR, Tom. "The G20's engagement with civil society: participation without contestation?". **Globalizations**, v. 17, n. 6, p. 903-916, jan. 2020.

CORONADO PRECIADO, Jaime. "América Latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia". **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 253-268, ago. 2008.

CORONADO PRECIADO, Jaime. "Sentido de la investigación sobre la integración autónoma de la integración de América Latina y el Caribe. Fundamentos teóricos y metodológicos". In: CORONADO PRECIADO, Jaime (Coord.). **Dimensiones, estrategias y alternativas de la integración autónoma para América Latina y el Caribe: desafíos para el caso mexicano (2010-2015)**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2018. p. 27-89.

CORONADO PRECIADO, Jaime; LÓPEZ RAMÍREZ, Mario E. "Geopolítica crítica entre la vida y la muerte: repensando las agendas multidimensionales de la seguridad socioambiental". In: LOZANO VÁZQUEZ, Alberto; RODRIGUEZ SUMANO, Abelardo (Coords.). **Seguridad y asuntos internacionales: teorías, dimensiones, interdisciplinas, las Américas, amenazas, instituciones, regiones y política mundial**. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2020. p. 446-459.

CORONADO PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. "La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional". **Geopolítica(s)**, v. 1, n. 1, p. 65-94, 2010.

DEISTER, Jaqueline. "No Rio, organizações populares realizam encontro preparatório para a Cúpula dos Povos frente ao G20". **Brasil de Fato**, 10 maio 2024.

FRANCA, Gilberto; RIBEIRO, Alina; SILVA, Carolina Albuquerque. "Possibilidades e limites para a participação social no G20 Brasil". **Boletim Lua Nova**, 11 mar. 2024.

GARCIA, Ana; FERNÁNDEZ, Marta. **Caderno para entender o G20**. Rio de Janeiro: PUC, 2024.

G20 ÍNDIA. **G20 New Delhi leaders' declaration**. Nova Delhi: G20, 2023.

"GRUPO é o principal fórum de cooperação econômica internacional". **G20**, 30 nov. 2023.

HARDT, Michael; MEZZADRA, Sandro. "A global war regime". **Sidecar**, 9 maio 2024.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. "Empire, twenty years on". **New Left Review**, n. 120, p. 67-92, nov./dez. 2019.

LOPES, Amanda Baroni. "Complexo da Penha é palco da 1ª Conferência Internacional de Favelas: propostas serão levadas à Cúpula do G20, em novembro". **RioOnWatch**, 3 maio 2024.

ORTIZ, Isabel et al. **World protests: a study of key protest issues in the 21st century**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.

Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon. "Introduction. Rethinking geopolitics: towards a critical geopolitics". In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon (Eds.). **Rethinking geopolitics**. Londres: Routledge, 1998. p. 1-15.

RAMOS, Leonardo et al. "A governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 2, p. 10-27, dez. 2012.

RAMOS, Leonardo; GARCIA, Ana. "Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024". **Revista Cebri**, n. 9, p. 177-194, jan./mar. 2024.

ROUTLEDGE, Paul. "Introduction: anti-geopolitics". In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (Eds.). **The geopolitics reader**. Londres: Routledge, 2003. p. 245-256.

SAYURI, Juliana. "Os 20 anos da 'Batalha de Seattle'. E porque o protesto foi um marco". **Nexo**, 7 mar. 2019

SCHOLTE, Jan Aart. "Civil society and financial markets: what is not happening and why". **Journal of Civil Society**, v. 9, n. 2, p. 129-147, maio 2013.

SILVA, Carolina Albuquerque. **Autonomia, geopolítica crítica e colonialidade: contribuições do pensamento social latino-americano ao debate teórico sobre regionalismo e integração regional**. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

TOURANGBAM, Monish. "G20 and the culture of the protests". **E-International Relations**, 26 dez. 2014.

Recebido e publicado em novembro de 2024.